

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DA EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS), ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015, RELACIONADOS A SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS NO BRASIL; À CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO PELA PETROBRAS COM O FIM DE PRATICAR ATOS ILÍCITOS; AO SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO E AFRETAMENTO DE NAVIOS DE TRANSPORTE, NAVIOS-PLATAFORMA E NAVIOS-SONDA; A IRREGULARIDADES NA OPERAÇÃO DA COMPANHIA SETE BRASIL E NA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS NA ÁFRICA

**REQUERIMENTO Nº , de 2015
(Do Sr. Júlio Delgado)**

Requer que seja CONVIDADO o Exmo Sr. Juiz SERGIO MORO para prestar esclarecimentos a esta CPI.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 3º da Constituição Federal; no art. 2º, da Lei nº 1579, de 1952; e no art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVITE ao Exmo Sr. Juiz SERGIO MORO, da 13ª Vara Federal em Curitiba, responsável pelo processo decorrente da Lava Jato, para contribuir com os trabalhos desta CPI, prestando esclarecimentos sobre as investigações do esquema de desvio de dinheiro na Petrobras.

JUSTIFICAÇÃO

O Juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Criminal da Justiça Federal de Curitiba, foi responsável pelos inquéritos e ações penais relacionados à denominada Operação Lava-Jato da Polícia Federal, que investiga os desvios de recursos públicos da Petrobras realizados em contratos da estatal por agentes públicos, empresários e lobistas brasileiros.

Desde novembro de 2014, 11 executivos de grandes empreiteiras brasileiras estão presos na carceragem da Polícia Federal em Curitiba por envolvimento direto nos desvios milionários nos contratos da estatal.

Estima-se que entre 2007 e 2014 mais de R\$ 9 bilhões de reais foram desviados dos cofres da Petrobras a partir de um esquema de corrupção organizado a partir dos contratos firmados pela estatal.

O esquema de corrupção que está sendo investigado pela Polícia Federal sob a responsabilidade do Juiz Sérgio Moro já tem desdobramentos diretos sobre a imagem da Petrobras no país e no exterior. A situação da empresa ficou mais crítica quando, em 24 de fevereiro, a agência de classificação de risco Moody's rebaixou a estatal a grau especulativo, citando as investigações sobre corrupção e pressões de liquidez que podem resultar no atraso da divulgação das demonstrações financeiras auditadas. A agência de risco manteve o rating da petroleira em revisão para novo rebaixamento.

Nesse sentido, faz-se necessária a presença do Magistrado a fim de colaborar com a CPI para esclarecer os fatos ora investigados

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado JÚLIO DELGADO
PSB/MG